

Relatório Síntese da Bússola Eleitoral, 2
A política económica vista pelos Eleitores
30.09.2015

Marina Costa Lobo, José Santana Pereira, Edalina Sanches
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Neste segundo relatório de dados recolhidos pela Bússola Eleitoral comparam-se as atitudes dos inquiridos em relação à questão da Austeridade com os posicionamentos dos principais partidos portugueses. Pretende-se compreender em que medida é que as posições dos partidos e dos seus eleitorados são congruentes. Se forem, podemos aferir que existe uma boa representação dos eleitores por parte dos partidos em quem estes pretendem votar.

Tendo em conta a centralidade da economia no último mandato, decidimos selecionar cinco questões que lidam diretamente com as políticas económicas dos últimos quatro anos. Há duas perguntas mais genéricas, uma sobre a necessidade de implementar medidas de austeridade para equilibrar as contas públicas, e outra que afere o grau de concordância com a ideia de que a implementação do memorando da troika foi necessário para o equilíbrio das contas públicas. Ambas as questões remetem para o passado – pedem uma avaliação da política do governo dos últimos quatro anos, da sua necessidade e da sua contribuição para a melhoria económica. De seguida, apresentamos três questões mais específicas. Estas prendem-se não apenas com o passado, mas com o futuro das políticas económicas em Portugal. Nomeadamente, a concordância com o corte nas despesas públicas para resolver o défice orçamental; o corte nas pensões de reforma e a reestruturação da dívida pública. Todos estes temas estiveram presentes durante a pré-campanha e a campanha eleitoral, e foram centrais nos debates entre os líderes políticos.

Vejamos em primeiro lugar a forma como os principais partidos portugueses se posicionam em relação a cada um destes temas. A equipa da Bússola Eleitoral é responsável por estas codificações, tendo utilizado essencialmente os programas eleitorais, documentos oficiais (como por exemplo moções e declarações de princípios) ou declarações dos líderes nas páginas oficiais dos partidos ou nos meios de comunicação social, para a codificação de cada partido. Para saber mais sobre esta codificação, consulte www.bussolaeleitoral.pt.

Tabela 1: Posição dos principais partidos portugueses em relação a temas económicos

FRASE	PAF	PS	CDU	BE	LIVRE	MPT	PAN	PCTP-MRPP	PDR	PNR
As medidas de austeridade são necessárias para o equilíbrio das contas públicas	C	D	DT	DT	DT	DT	DT	DT	D	D
A implementação do memorando da troika prejudicou a recuperação económica de Portugal	DT	C	CT	CT	CT	CT	C	CT	C	C
É preciso cortar nas pensões de reforma para garantir o equilíbrio da segurança social	C	D	DT	DT	DT	D	D	DT	D	CT
Cortar as despesas do estado é uma boa forma de resolver o défice orçamental	C	C	DT	DT	DT	D	CT	DT	C	CT
Portugal deve reestruturar a sua dívida pública de modo a ultrapassar a actual crise económica	DT	N	CT	CT	CT	C	C	DT	DT	CT

Fonte: Bússola Eleitoral 2015. Legenda: DT = Discordo Totalmente; D= Discordo; N= Neutro; C= Concordo; CT= Concordo Totalmente.

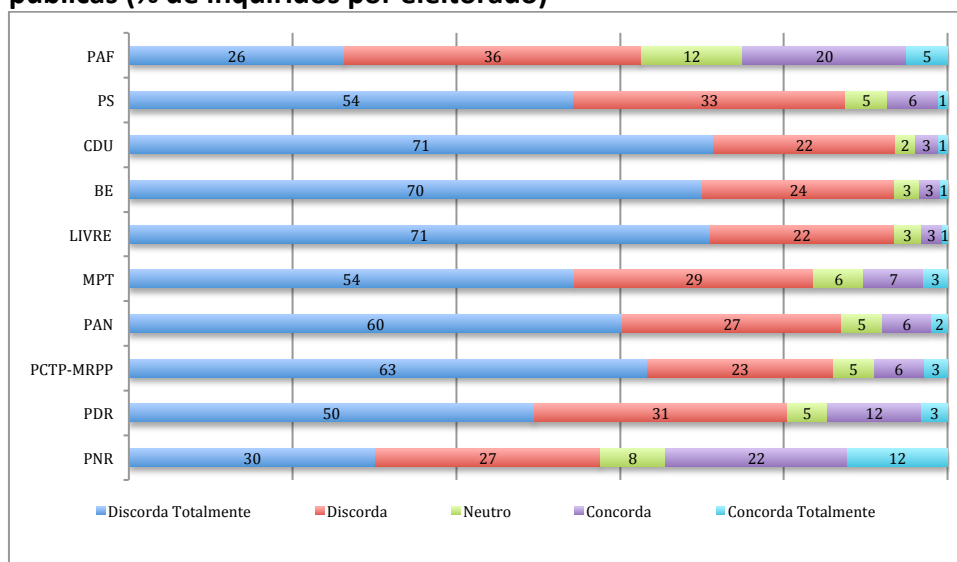
A tabela 1 acima mostra que o PAF (coligação entre o PSD e o CDS-PP), considera que as medidas de austeridade são necessárias para o equilíbrio das contas públicas, e que discorda totalmente da ideia de que a implementação do memorando da troika tenha prejudicado a recuperação económica do país. No que diz respeito às propostas específicas com relação ao futuro, o PAF está de acordo em relação aos cortes na despesa e nas pensões, e discorda totalmente de uma reestruturação da dívida pública. Já o PS discorda que a austeridade seja necessária, e concorda com a ideia de que a vinda da troika prejudicou a recuperação económica. No que diz respeito às questões mais específicas, concorda com a necessidade de cortes no Estado para equilibrar o défice orçamental, discorda do corte nas pensões e não tem um posicionamento definido sobre a reestruturação da dívida (o partido apresenta-se tendencialmente a favor de uma reestruturação, mas fará algo apenas se houver uma ampla frente europeia). A posição do PS é, pois, algo distinta da do PAF.

No que diz respeito aos partidos à esquerda do PS, note-se que não existem praticamente diferenças entre a CDU, o BE (e, já agora, o LIVRE e o PCTP/MRPP) em todos estes temas. Ou seja, estes partidos discordam totalmente que as medidas de austeridade tenham sido necessárias e concordam totalmente com a ideia de que a troika prejudicou o país. Por outro lado, são totalmente contra os cortes no Estado, nas pensões e a favor da reestruturação da dívida pública (apenas neste último caso o PCTP/MRPP diverge, sendo totalmente contra a reestruturação). Os restantes partidos tendem a ser contra a austeridade e contra os cortes, não havendo nenhum partido que se aproxime da coligação quando esta diz que a austeridade foi necessária ou que a troika não prejudicou a recuperação económica.

Posto este posicionamento dos partidos políticos em torno das principais questões económicas, vejamos então em que medida os eleitores desses mesmos partidos concordam com eles.

A forma de identificar os eleitores de um dado partido foi a seguinte: todos aqueles que expressaram uma elevada probabilidade de votar num determinado partido (i.e. assinalaram 8, 9 ou 10 numa escala em que 0=nada provável a 10=muito provável) foram considerados eleitores desse mesmo partido. Os dados incluem 41000 inquiridos da Bússola Eleitoral que utilizaram esta ferramenta entre 4 e 25 de Setembro.

Figura 1. As medidas de austeridade são necessárias para o equilíbrio das contas públicas (% de inquiridos por eleitorado)

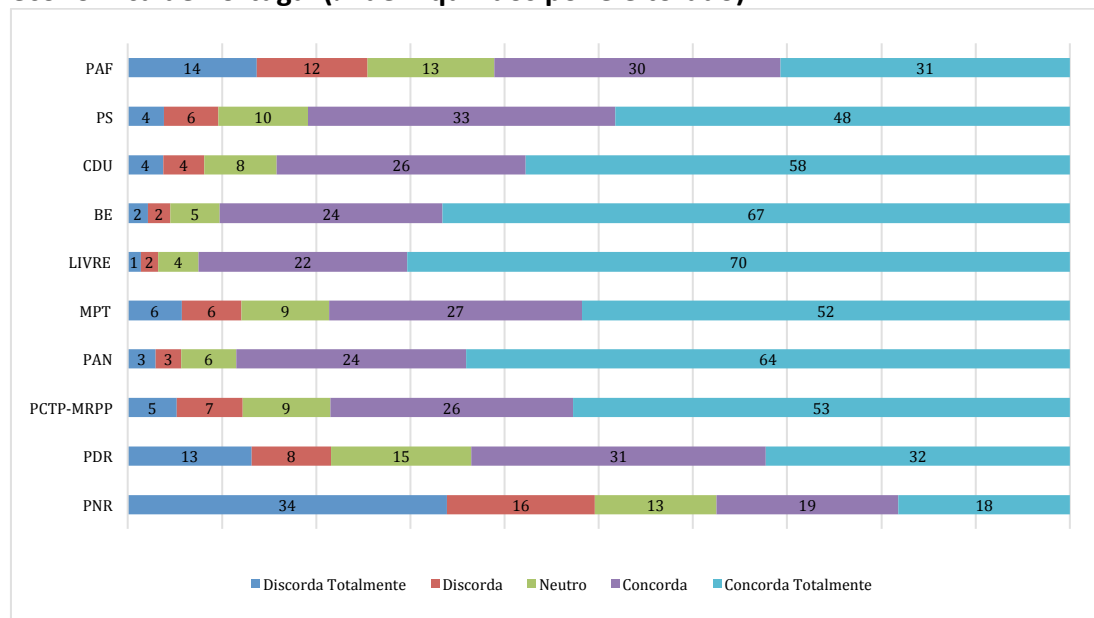


Fonte: Bússola Eleitoral 2015

A figura 1 mostra o seguinte: os eleitores dos partidos com representação parlamentar maioritariamente discordam que as medidas de austeridade sejam necessárias para o equilíbrio das contas públicas (discordando ou discordando totalmente destas). Os eleitores do PAF distinguem-se apenas pela menor percentagem daqueles que “discordam totalmente” ou “discordam” desta frase. Existem apesar de tudo diferenças entre os eleitores dos partidos mais à esquerda (CDU, BE) onde cerca de 70% dos eleitores discorda totalmente da afirmação, e do PS, em que o repúdio total dos benefícios da austeridade é expresso por apenas 54%.

A pergunta seguinte pedia que se avaliasse o efeito que a implementação do memorando da *troika* teve na recuperação económica de Portugal (ver figura 2). Aí também encontramos um consenso maioritário que é transversal à generalidade dos eleitorados dos partidos políticos, embora de forma menos acentuada do que na pergunta anterior. A maioria concorda que a implementação do memorando da *troika* prejudicou a economia. Entre os eleitores do PAF há uma percentagem menor (31%) que concorda totalmente com esta frase, quando comparada com a dos eleitores do PS (48%) da CDU (58%) ou do BE (67%). Mas, mesmo entre os eleitores da coligação, vemos que se somarmos os que concordam totalmente com os que concordam com a frase, contabilizamos 61% desses eleitores.

Figura 2. A implementação do memorando da troika prejudicou a recuperação económica de Portugal (% de inquiridos por eleitorado)



Fonte: Bússola Eleitoral 2015

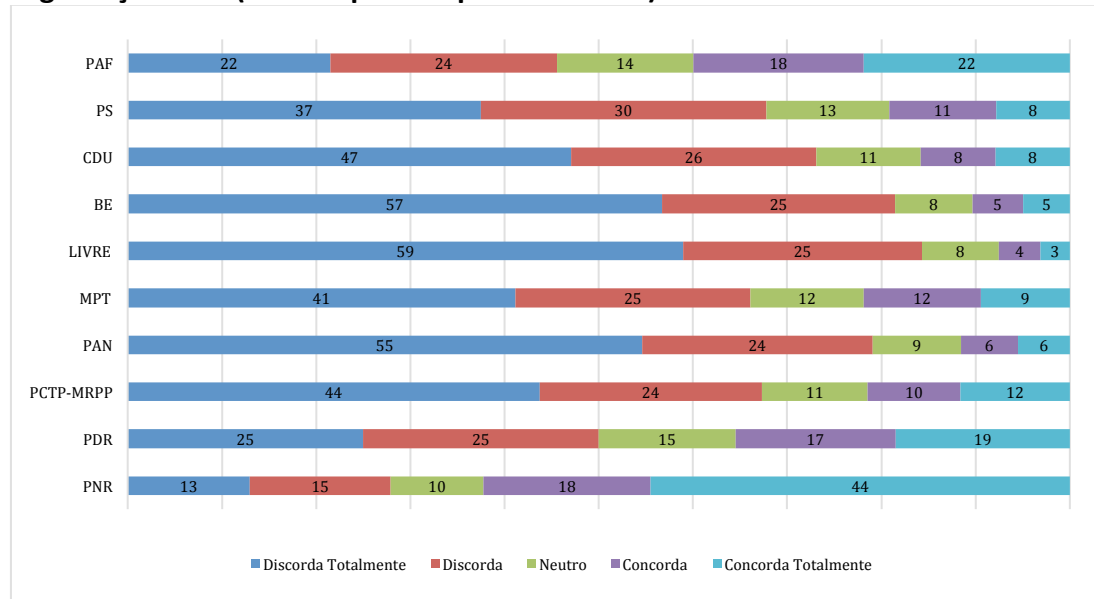
Considerando os pequenos partidos não parlamentares, encontramos as seguintes diferenças: os eleitorados do LIVRE, da CDU e do BE apresentam posicionamentos bastante semelhantes quanto às medidas austeridade e quanto às consequências da implementação do memorando da troika; os eleitorados do MPT, PAN e PCTP-MRPP aparecem com valores muito semelhantes aos do PS em ambas as questões; finalmente o eleitorado do PDR está próximo do eleitorado do PS na questão da austeridade e do PAF na questão das consequências da troika. O eleitorado do PNR está sempre mais próximo do PAF e é aquele que melhor avalia o impacto do memorando da troika.

Por conseguinte, quando levamos em conta estas duas questões genéricas, vemos que os partidos da coligação são os que estão mais longe dos seus eleitores, na medida em que não rejeitam as medidas de austeridade e consideram a implementação do programa da troika um mal menor. Mesmo o PS, com o seu posicionamento intermédio, isto é de rejeição moderada da austeridade e discordância das consequências positivas da implementação do memorando da troika, fica aquém do posicionamento do seu eleitorado que veementemente discorda seja dos efeitos positivos da austeridade, seja da troika. São os partidos mais à esquerda que estão mais próximos da média dos seus eleitorados nestas questões. O que talvez não surpreenda, na medida em que tanto o PSD/CDS-PP como o PS são partidos maiores, e por conseguinte mais heterogêneos e abrangentes do ponto de vista ideológico.

Olhando agora para as questões concretas que foram sendo discutidas ao longo das últimas semanas, verificamos que há diferenças mais substanciais entre os eleitores dos vários partidos. Por exemplo, 40% dos eleitores do PAF consideram que é preciso cortar nas pensões (Figura 3), uma percentagem muito superior à encontrada junto do eleitorado do PS (19%) ou do resto da esquerda. Aqui há semelhanças com o posicionamento dos partidos, sendo o PAF a única formação política que apresentou propostas de plafonamento (horizontal) das pensões explicitamente, embora tenha recusado que iria cortar 600 milhões, ao

contrário do anunciado por Maria Luís Albuquerque. É ainda de assinalar que a posição do eleitorado do PDR de Marinho e Pinto é idêntica à do eleitorado do PAF.

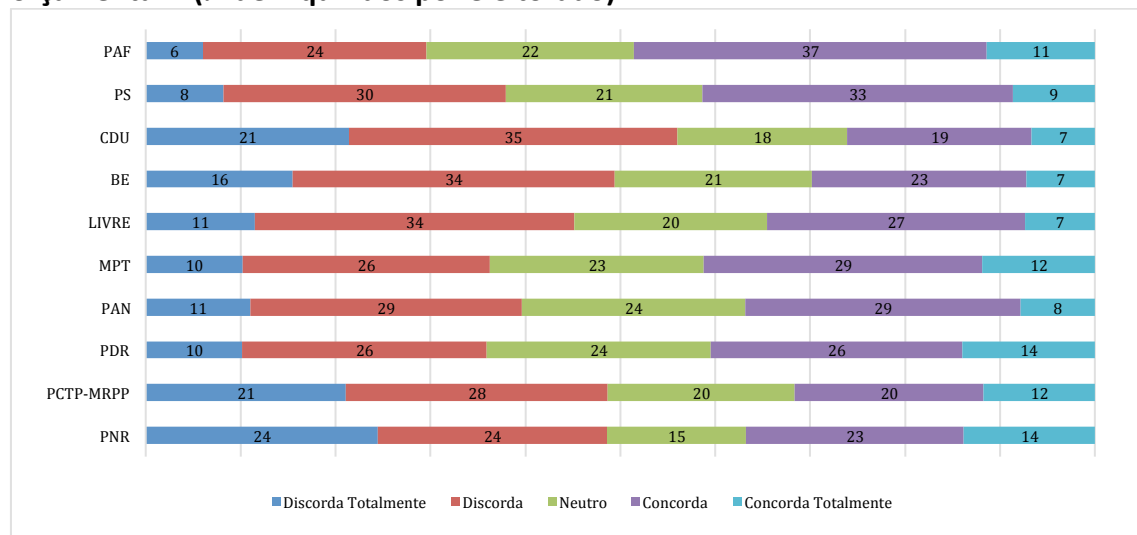
Figura 3. É preciso cortar nas pensões de reforma para garantir o equilíbrio da segurança social (% de inquiridos por eleitorado)



Fonte: Bússola Eleitoral 2015

No domínio do corte das despesas do Estado (Figura 4), há maior concordância. Entre os eleitores do PAF, 48% estão de acordo com os cortes, o que os aproxima da posição do programa eleitoral do PSD e do CDS-PP. No eleitorado do PS, são 42% a concordar com a mesma frase. A maioria dos eleitores comunistas (56%) discorda, seguida de perto pelos eleitores do Bloco de Esquerda (50%). Mesmo assim, não são majorias tão substanciais como as observadas nas perguntas sobre a necessidade da austeridade e sobre o implementação do memorando da troika na economia. Esta posição contrasta com a frontalidade com que BE e CDU rejeitam nos seus programas eleitorais cortes na despesa. Entre os pequenos partidos sem representação parlamentar, os eleitores do PDR e do MPT são os que mais concordam com esta afirmação, enquanto os do LIVRE, PCTP-MRPP e do PNR são os que mais discordam desta medida.

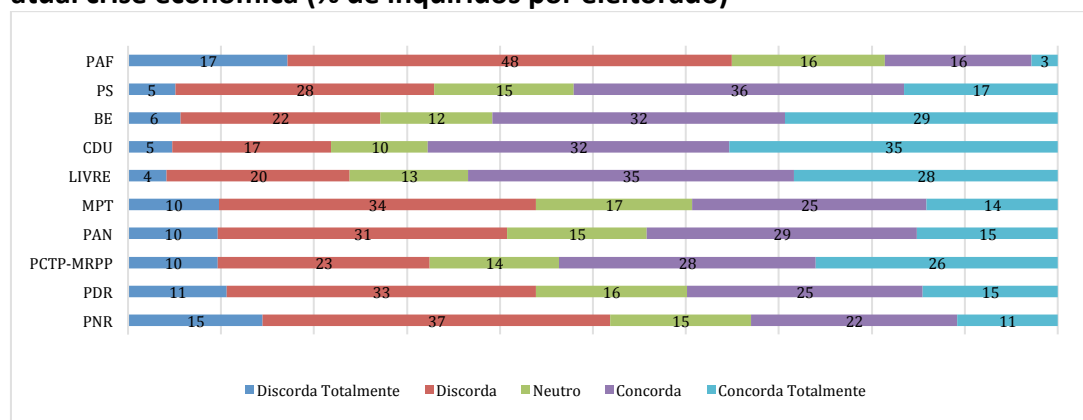
Figura 4. Cortar as despesas do estado é uma boa forma de resolver o défice orçamental – (% de inquiridos por eleitorado)



Fonte: Bússola Eleitoral, 2015

Finalmente, no que diz respeito à reestruturação da dívida pública (Figura 5), verificamos que este tema divide bastante os eleitores. Há uma maioria de eleitores do PAF que é contra esta ideia (65%), destacando-se fortemente do resto dos partidos parlamentares e seguindo aquilo que tanto Passos Coelho como Paulo Portas defenderam. A maioria dos eleitores do PS concorda com a reestruturação, divergindo por isso da posição de neutralidade assumida pelo PS ao longo da campanha (isto é, Costa afirmou que apenas num contexto europeu se poderia avançar para este cenário). Neste ponto, os eleitores do PS assemelham-se aos eleitores dos outros partidos da esquerda parlamentar, onde também há maiorias a favor da reestruturação da dívida pública. Considerando os pequenos partidos sem representação na Assembleia da República verificamos que o LIVRE e o PCTP-MRPP estão nesta questão muito próximos tanto do BE como da CDU. Já o PNR, PDR e MPT assumem uma posição menos favorável à reestruturação da dívida pública.

Figura 5. Portugal deve reestruturar a sua dívida pública de modo a ultrapassar a atual crise económica (% de inquiridos por eleitorado)



Fonte: Bússola Eleitoral, 2015

Conclusões

No cômputo geral, verificamos que há um consenso em duas questões - a necessidade de austeridade e as consequências da implementação do programa da troika - que afasta consideravelmente o eleitorado das posições dos partidos da coligação, inclusivamente no caso daqueles que afirmam que vão, muito provavelmente, votar no PAF.

Mas quando se trata de questões concretas, sejam os cortes nas pensões, a reestruturação da dívida ou o corte de despesas em geral, já há diferenças mais significativas. Assim:

A maioria dos eleitores do PAF está contra a reestruturação da dívida, e uma quase maioria (48%) é a favor de cortes nas despesas do Estado. Já quanto aos cortes nas pensões, 40% estão de acordo. Nestas questões em concreto, os eleitores do PAF aproximam-se dos posicionamentos da coligação, embora de forma pouco afirmativa.

A maioria dos eleitores do PS é a favor da reestruturação da dívida e contra os cortes nas pensões – uma posição mais afirmativamente à esquerda do que aquelas que foram assumidas pelo partido durante a campanha. Já no que diz respeito aos cortes na despesa do Estado, o eleitorado encontra-se um pouco mais próximo do programa do PS, com 41% a favor desta medida.

No que diz respeito à CDU e Bloco de Esquerda, os seus eleitores encontram-se sintonizados com os posicionamentos dos partidos.

No que concerne os partidos pequenos sem representação parlamentar, e no que diz respeito à austeridade e à implementação da troika, emergem três grupos distintos:

Os eleitorados do LIVRE, da CDU e do BE apresentam posicionamentos bastante semelhantes, assim como os do MPT, PAN e PCTP-MRPP que tendem a aproximar-se do eleitorado do PS apesar de tudo nas questões gerais. O eleitorado do PDR apresenta-se mais dividido estando mais próximo do eleitorado do PS na questão da austeridade e do PAF na questão das consequências da troika. O eleitorado do PNR destaca-se por ser o que melhor avalia o impacto do memorando da troika.

As questões mais específicas apresentam algumas variantes mas tendem a aproximar sobretudo os eleitorados do LIVRE, CDU e do BE por um lado e a colocar os do PDR e PNR mais próximos do PAF.